

RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.042 - MG (2019/0147087-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : A C M V B
ADVOGADOS : LUCIA MASSARA E OUTRO(S) - MG010908
ANA GABRIELA PORTO E OUTRO(S) - MG083917
RECORRENTE : L F DE M V B
ADVOGADO : ANA CAROLINA REIS MAGALHÃES - DF017700
RECORRENTE : M A DE M V B
RECORRENTE : W DE M V B
RECORRENTE : W V B S
RECORRENTE : W M V B
RECORRENTE : W B P
ADVOGADOS : LUCIA MASSARA E OUTRO(S) - MG010908
ANA GABRIELA PORTO E OUTRO(S) - MG083917
RECORRENTE : W M B
RECORRENTE : E M V B
RECORRENTE : A M V B
RECORRENTE : R M V B
ADVOGADO : ANA CAROLINA REIS MAGALHÃES E OUTRO(S) - DF017700
RECORRIDO : C H T
ADVOGADO : CRISTIANE ROBERTA MARELLO SPARVIOLI - SP243422N
INTERES. : W M V B
ADVOGADO : MARIA CELESTE MASSARA - MG010879

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. PRELIMINAR DE OFENSA À COISA JULGADA. EXISTÊNCIA DE AÇÃO INVESTIGATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. EXAME DE DNA NEGATIVO.

1. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, bem como da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em situações excepcionais, deve-se dar prevalência ao princípio da verdade real nas ações de estado, como as de filiação, admitindo-se a relativização da coisa julgada, quando na demanda anterior não foi possível reconhecer o vínculo filial por insuficiência de provas.

2. No caso dos autos, a ação de investigação de paternidade anterior foi julgada improcedente, inclusive com a realização de exame de DNA, situação que não se subsume àquelas que deram origem à orientação jurisprudencial do STJ e do STF.

3. Impossibilidade de se admitir o processamento e julgamento da segunda ação investigatória quando a filiação tenha sido rechaçada por sentença transitada em julgado amparada em prova genética e cuja causa de pedir deixa de abordar eventual questionamento acerca do acerto ou da lisura do

exame anterior.

**4. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, EXTINGUINDO A
DEMANDA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da TERCEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, acompanhando o voto do Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, por maioria, dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Vencida a Sra. Ministra Nancy Andrighi. Os Srs. Ministros Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze.

Brasília, 26 de novembro de 2019(data do julgamento)

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator